



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**  
**ORDENADORIA DA DESPESA**

Cais do Apolo nº 739 – 3º andar - Recife – PE – CEP: 50030-902  
 Fone: (81) 3225-3226/3225-3455

Referência: **PROAD n.º 8292/2022**

**Objeto:** Contratação do curso *on-line* (ao vivo) denominado "Legislação de Pessoal Avançada: A Lei n.º 8.112/1990 aplicada à Gestão de Pessoas ante as Controvérsias e a Jurisprudência. Atualizada com a Emenda Constitucional n.º 103/2019".

Profissional indicado: **INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Cuida-se de processo administrativo na modalidade **INEXIGÍVEL, com fulcro no artigo 25, inciso II, c/c o artigo 13, inciso VI, da Lei n.º 8.666/93**, que culminou na indicação da empresa em epígrafe, visando à contratação do profissional INÁCIO MAGALHÃES FILHO, para ministrar o curso *in company, on-line* (ao vivo), intitulado "Legislação de Pessoal Avançada: A Lei n.º 8.112/1990 aplicada à Gestão de Pessoas ante as Controvérsias e a Jurisprudência. Atualizada com a Emenda Constitucional n.º 103/2019", a ser realizado no período de **23 a 27 de maio de 2022**, com duração total de 15 (quinze) horas, no ambiente de aprendizagem a ser indicado pelo profissional em epígrafe, para até 40 (quarenta) servidores de diversas áreas deste Tribunal que lidam com previdência dos servidores públicos e legislação de pessoal.

O processo em questão foi instruído com a indicação de disponibilidade orçamentária e emissão de pré-empenho (fls.48/49).

Consta autorização para abertura do processo, conforme despacho da Diretoria-Geral (doc.08), tendo o Projeto Básico (fls.37/44), sido aprovado pelo desembargador diretor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região (EJ-TRT6).

O profissional em questão encontra-se regularizado no tocante aos recolhimentos dos encargos fiscais, CNDT e CNJ (docs.10/12).

Ao promover o exame dos atos e procedimentos levados a efeito neste processo administrativo até o documento de n.º 12, entendo que os aspectos relacionados à formalidade e à legalidade foram devidamente observados.

**Ante o exposto, ADJUDICO** o objeto de que trata o presente processo, com a conseqüente **HOMOLOGAÇÃO** dos procedimentos, bem como **AUTORIZO** a emissão de empenho, do tipo **ORDINÁRIO**, no valor total de **R\$20.000,00 (vinte mil reais)**, na fonte **100** e classificação de despesa **3390.36.33**, em nome do professor **INÁCIO MAGALHÃES FILHO**, observando-se, rigorosamente, os preceitos legais contidos na Lei nº 4.320/64 e legislação correlata.

À Diretoria-Geral para ratificação pela autoridade superior.

Em seguida, à CLC para publicação perante a imprensa oficial.

Após, à SOF para emissão de empenho.

Recife, 12 de maio de 2022.

**SÉRGIO SANTOS DE LUCENA E MÉLO**  
 Coordenador/Ordenador da Despesa





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO  
DIRETORIA-GERAL**

**REFERÊNCIA: PROAD N.º 8292/2022.**

**ASSUNTO:** CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS/SERVIÇOS DE SELEÇÃO E TREINAMENTO – Contratação do curso on-line (ao vivo) denominado “*Legislação de Pessoal Avançada: A Lei n.º 8.112/1990 Aplicada à Gestão de Pessoas ante as Controvérsias e a Jurisprudência. Atualizada com a Emenda Constitucional n.º 103/2019*” – **Sugestão para que seja ratificada a decisão de contratar por inexigibilidade de licitação.**

**Excelentíssimo Senhor Diretor,**

Trata-se de ratificação da decisão de promover a contratação direta em tela, mediante INEXIGIBILIDADE de licitação, com fundamento no artigo 25, inciso II, combinado com o artigo 13, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993, em obediência ao que estabelece o artigo 26 do mencionado diploma legal.

Considerando a delegação conferida à Diretora-Geral desta Corte e, nas suas ausências e nos seus impedimentos legais, ao respectivo substituto, por meio do inciso II do artigo 1º do ATO EJ-TRT6 N.º 01/2022, foi autorizada, à fl. 64, a abertura de processo para a contratação em epígrafe.

Após proceder à análise dos autos e constatar que os aspectos relacionados à formalidade e à legalidade foram devidamente observados, o Ordenador da Despesa adjudicou o objeto da contratação, homologou os procedimentos e autorizou a emissão de empenho, do tipo ordinário, no valor total de **R\$20.000,00** (vinte mil reais), em nome do profissional **INÁCIO MAGALHÃES FILHO**, consoante se verifica à fl. 70.

**DO EXPOSTO**, esta Diretoria-Geral submete os autos à apreciação de Vossa Excelência, opinando pela ratificação da inexigibilidade de licitação em comento.

Recife, 12 de maio de 2022.

**ERIKA ANTUNES DE ARAÚJO GUSMÃO**  
Diretora-Geral do TRT da 6ª Região



**REFERÊNCIA: PROAD N.º 8292/2022.**

**ASSUNTO:** CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS/SERVIÇOS DE SELEÇÃO E TREINAMENTO – Contratação do curso on-line (ao vivo) denominado “*Legislação de Pessoal Avançada: A Lei n.º 8.112/1990 Aplicada à Gestão de Pessoas ante as Controvérsias e a Jurisprudência. Atualizada com a Emenda Constitucional n.º 103/2019*” – **Ratificação da decisão de contratar por inexigibilidade de licitação.**

1. Com fulcro na previsão inserta na letra ‘h’ do inciso XIV do artigo 5º da Resolução Administrativa TRT n.º 5/2014, ratifico a decisão de promover a contratação, mediante inexigibilidade de licitação, em observância ao disposto no artigo 26 da Lei n.º 8.666/1993;
2. À Coordenadoria de Licitações e Contratos, para publicação;
3. Após, à Secretaria de Orçamento e Finanças, para emissão de empenho.

Recife, 13 de maio de 2022.

**EDUARDO PUGLIESI**

Desembargador Diretor da Escola Judicial do TRT da Sexta Região

